

A Galinha Garnisé e outros Eusébios de Queirós
Racismo na sociabilidade brasileira

Copyright © Éle Semog, 2020

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida por meio impresso ou eletrônico,
sem a autorização prévia por escrito da Editora/Autor.*

EDITOR: João Baptista Pinto

CAPA E EDITORAÇÃO: Luiz Guimarães

REVISÃO: Rita Luppi

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

S475g

Semog, Éle, 1952-

A Galinha Garnisé e outros Eusébios de Queirós: racismo na sociabilidade brasileira/
Éle Semog. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2020.
176 p. ; 15,5x23cm.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-87594-02-6

1. Literatura brasileira – História e crítica. 2. Racismo na literatura. I. Título.

20-64578

CDD: 869.09

CDU: 82-09(81)

Leandra Felix da Cruz Candido - Bibliotecária - CRB-7/6135

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefone (21) 22153781 / 35532236
www.letracapital.com.br

Éle Semog

A Galinha Garnisé e outros Eusébios de Queirós
Racismo na sociabilidade brasileira

LETRAPITAL

*Tem dias que quero escrever mas não consigo.
Então escrevo e espero. Depois continuo escrevendo.*

*Para Luiz Carlos e Lara Danuta,
porque por mais que tenha sido difícil, demos certo.*

Sumário

Prefácio.....	9
Sobre Garnisés e Eusébios	15
A Antiutopia da República do Quilombismo	19
A contralamúria e os 120 anos da Abolição.....	26
Yara, uma arte fora da cultura	32
A escola pró-ativa na superação do racismo institucional.....	39
A mídia dos afro-brasileiros.....	50
A vida das minhas utopias	59
Abdias Nascimento: um negro ingrato na rua e no parlamento.....	67
Juventude negra: construção da identidade, memória e afirmação	76
Sebastião Januário: um mundo que se pinta por aqui	81
O CEAP e as vocações democráticas e populares	86
As hegemonias nacionais e as ações afirmativas no Brasil	91
Cultura afro-brasileira e formação para a cidadania.....	99
Cultura e folclore, literatura e identidade: a utopia da dominação	106
Cultura, identidade e consciência	114
Derrotadas e seduzidas	119
Literatura afro-brasileira e superação do racismo.....	134
Na literatura negra, a vida é só um poema de luta.....	146
Poetas negros, movimento negro e alguma vida	157
Sobre diásporas, poéticas e políticas.....	165

Prefácio

POR AHYAS SISS¹

Não tenho nenhum motivo para deixar de combater o racismo. Não faço acordo com a minha poesia. Há alguns anos, conversando com o professor Abdias Nascimento, ele me disse que muitos brancos o consideravam um negro ingrato. Então, de pronto lhe respondi: “Então somos dois negros ingratos, professor”. E caímos na gargalhada, cheios de motivações.

Éle Semog.

No processo de implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERERs) e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana os professores e professoras exercem papel importantíssimo e fundamental. Sem eles, nada se faz. Na sua práxis pedagógica e no que diz respeito à educação das relações étnico-raciais na escola, professores e professoras ainda identificam limites no seu fazer pedagógico, na perspectiva de uma educação antirracista, como, por exemplo, a falta de recursos materiais e financeiros para o desenvolvimento otimizado de suas ações.

Ao longo do tempo, e mais acentuadamente após a promulgação da Lei 10.639/2003, a produção de materiais elaborados na perspectiva de uma educação antirracista no Brasil e que possam se tornar instrumentos orientadores e de apoio à ação desses professores em sala de aulas, tem adquirido um crescimento significativo tanto quantitativa, como qualitativamente. Isso tem permitido a professores e a professoras romper com aqueles limites que se interpõem à sua prática docente na perspectiva de uma educação mais democrática, mais étnico-racialmente inclusiva.

1 Ahyas Siss: pós-doutor em Antropologia Social e professor/pesquisador do PPGEduc/UFRRJ

Sem sombra de dúvidas “A Galinha Garnisé e Outros Eusébios de Queirós” de Éle Semog se constitui como um importantíssimo esforço de tensão e ruptura desses limites, oferecendo importantes subsídios à Educação das Relações Étnico-Raciais brasileiras e às práticas pedagógicas em ambientes escolares e fora dele. Daí decorrem as significativas importância e relevância, tanto social quanto pedagógica deste livro, leitura obrigatória para aqueles e aquelas que, comprometidos com uma educação antirracista, insistem em descortinar novos e possíveis horizontes para suas práxis.

Sabemos que o tensionamento e ruptura desses limites é complexo e árduo. Afinal, a sociedade brasileira, hierarquizante e hierarquizada, que dos seus quase cinco séculos de existência foi escravista por mais de 350 anos, ainda contemporaneamente concebe as diferenças culturais em termos de exotismo ou de inferioridade. Educar para o respeito às relações étnico-raciais em sociedade assim estruturada implica em atuar-se firmemente na perspectiva de uma mudança de atitudes e de valores. Apenas reconhecer-se o caráter multicultural da nossa sociedade é muito pouco, como também não basta que a escola reconheça que a sua clientela é diversificada, seja por gênero, por classe, por raça e que possuem culturas diferentes. Isso já é sobejamente conhecido. A simples presença física de seus alunos evidencia isso. Se esse reconhecimento não se fizer acompanhar por políticas de respeito aos diferentes e por uma mudança de atitudes frente a eles, dificilmente essa escola será capaz de criar mecanismos potentes para transformar as relações de dominação e de exclusão, tanto no seu interior, quanto na sociedade ampliada.

Não obstante a ênfase concedida à educação, não nos escapa a preocupação com o fato de que é na escola que se recebe “a maior carga de branqueamento, nos afastando cada vez mais do nosso grupo de origem”. Daí decorrem as razões pelas quais a educação, na perspectiva dos afro-brasileiros vir se configurando, ao longo de todo o século passado e início deste, como uma nova prática, impactando fortemente as múltiplas relações que permeiam os processos de discriminação racial enquanto forma de exclusão, construção da cidadania e a descolonização de subjetividades. A partir do final dos anos 1990, essa prática vem se instituindo mais fortemente, conseguindo tencionar e influenciar aquelas práticas educacionais ditadas pela tradição em uma sociedade que por mais de 350 anos

foi escravista e que aprendeu a perceber os afro-brasileiros sob uma ótica deformada e deformadora.

A Educação das Relações Étnico-Raciais (ERERs) é um dos mais importantes desafios com o qual a educação brasileira, em todos os seus níveis, vem se defrontando contemporaneamente. Na linha de frente do enfrentamento direto desse desafio historicamente colocado para a educação brasileira está a Lei 10.639 de 9 de janeiro de 2003, que altera a nossa atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/1996, para nela incluir os artigos 26A e 79B. No seu artigo 26-A, por exemplo, essa Lei determina que “Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro- Brasileira” e que o seu “conteúdo programático (...) incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”.

Não há como negar o papel estruturante que o racismo desempenha nas relações sociais brasileiras. Muito embora ele possua suas raízes cravadas no passado escravista da nossa sociedade, ele se atualiza constantemente nas ações e relações interpessoais e institucionais. Passada mais de uma década da Lei 10.639/2003, o sistema educacional no Brasil continua a reproduzir, com frequência, práticas discriminatórias racializadas e racistas.

Ainda que a educação escolarizada não seja a única solução para a eliminação de todas as desigualdades sociais, raciais, étnicas, geracionais e de gênero, dentre outras, não podemos ignorar que ela ocupa um lugar histórico e fundamental nos processos de construção e de implementação de cidadania plena dos diferentes segmentos populacionais de qualquer sociedade, se configurando como um mecanismo efetivo e imprescindível de promoção de inclusão social. Entretanto, se o processo educativo tiver suas bases assentadas sobre princípios racistas e excludentes, essa educação jamais será capaz de cumprir seu papel social.

Existe um círculo vicioso que combina racismo, pobreza, fracasso escolar e marginalização social. A soma dessas práticas impede o desenvolvimento dos direitos humanos, o exercício pleno da cidadania e a possibilidade de participação social, econômica, cultural e política do segmento populacional negro majoritariamente

aí inserido de forma subalternizada, o que torna urgente e inadiável a construção de uma política de formação de professores, em seus aspectos inicial e continuado, baseado em princípios antirracistas, que valorizem a diversidade, a equidade e a justiça social.

Na implementação da Lei 10.639/2003, revestem-se de fundamental importância os papéis que os professores e as professoras desempenham no processo de enfrentamento desse importante desafio de educar-se para as relações étnico-raciais e da transformação qualitativa dos valores sociais e étnico-raciais. Qualificados para o exercício da Educação das Relações Étnico-Raciais, os professores e professoras estarão aptos a perceberem as ideologias e os estereótipos veiculados pelos diversos materiais didáticos colocados à sua disposição, de poderem desmistificar os valores particulares que os currículos escolares muitas das vezes tentam tornar gerais ou hegemônicos e a elaboração de críticas e subversão de estereótipos e ideologias veiculados pelos diversos recursos pedagógicos colocados à sua disposição.

Esse desafio, quando não enfrentado, reduz professores e professoras a um completo mutismo frente às situações de preconceito e de discriminação étnico-racial, o que por sua vez obstaculiza não só a otimização de sua prática pedagógica, como também impacta negativamente os processos de aprendizagem de seus alunos, colocando-os em níveis indesejáveis. Afinal, se o tornar-se sujeito implica em uma luta constante contra o assujeitamento, como será possível ao alunado afro-brasileiro tornar-se sujeito do conhecimento em um contexto assim delineado, sem que esse processo implique em um doloroso exercício de aprendizagem e de negação, tanto de si mesmo como de seu lugar de origem?

Nesse sentido, é necessário perceber-se que formar profissionais focados nos conhecimentos para a Educação das Relações Étnico-Raciais possibilita laborar para uma atuação profissional que vai além da docência, dando conta da gestão de processos educativos e pesquisas que acontecem na escola e em seu entorno.

Apontamos aqui para a necessidade de uma sólida formação inicial e continuada teórico-prática, que permita aos professores e às professoras reconhecer que o racismo e as desigualdades sociais e étnico-raciais são produções estruturais políticas e históricas que contribuíram e contribuem para a exclusão da população negra, em condições de minoria política, dos bens construídos socialmente, dentre os quais a educação ocupa lugar de centralidade. Essa

formação deve possibilitar a todos os professores a assumirem a responsabilidade para com a educação de todos os alunos, transformando as práticas pedagógicas excludentes em trabalho educativo antirracista no Brasil.

O professor precisa dar continuidade ao seu processo de formação inicial. Quando ainda em estudos incipientes na universidade, é possível dar-se conta de quão falha foi nossa formação inicial e o quanto a cada dia necessitamos nos formar, nos informar e trocar conhecimento. Nossas relações estabelecem o quão diferenciado são nossos projetos para a formação do professor. A formação continuada de professores implica necessariamente na postura assumida pelo profissional frente à ampliação de sua formação inicial, entrelaçando seus saberes-fazer, integrando e interagindo com os diferentes, visando a produção da Educação das Relações Étnico-Raciais em prol do aprimoramento das relações e do respeito às diferenças. Esse é, pois, o caráter complexo do desafio da formação humana e das relações étnico-raciais.

Um dos caminhos possíveis para realizar um trabalho educativo que dê conta de tantas e complexas questões como as que estão envolvidas no processo de (des)construção do racismo em nossa sociedade é problematizando-o em nossas salas de aulas, questionando o preconceito e a discriminação, ainda tão presentes em nossa sociedade e, portanto, em nossas escolas, apesar dos discursos em contrário, e construindo-se conhecimentos que permitam a professoras e professores contrapor à concepção autoritária do “conhecimento-verdade, abstração criada para dominar”, aqueles conhecimentos criados por seres humanos que os constroem em sua práxis social transformadora.

Até meados da primeira década do presente século, eram escassos os materiais didáticos de apoio a professores e a professoras, produzidos na perspectiva da Lei 10.639/2003, ou seja, antidiscriminatórios e antirracistas voltados para a Educação das Relações Étnico-Raciais, que buscassem ressignificar e valorizar as culturas africanas e afro-brasileiras. Gradativamente, porém, a produção desses materiais passou por um significativo crescimento tanto qualitativo como quantitativo e vem se constituindo em importante mecanismo que possibilita o efetivo cumprimento da nossa atual LDBEN, atualizada pela Lei 10.639/2003. Tais materiais têm se convertido em importante e fundamental instrumento de suporte a professores e professoras

que, nos processos de ensino e aprendizagem, atuam na perspectiva da Educação das Relações Étnico-Raciais.

É nessa perspectiva que se situa o “A GALINHA GARNISÉ E OUTROS EUSÉBIOS DE QUEIRÓS RACISMO NA SOCIABILIDADE BRASILEIRA” de Éle Semog, autor que já nos presenteou com tantas obras significativas nas quais as relações étnico-raciais indubitavelmente estão sempre presentes, abordadas de forma dramática, romântica, ou aventureira e lúdica. Este mais recente livro de Éle Semog é resultado de palestras e reflexões proferidas por nosso importante autor a convite de diversas instituições. Poeta, militante dos movimentos negros, ativista político, professor romancista, Éle Semog nos presenteia com essa bela coletânea de textos escritos em diferentes épocas mas, sempre atuais, que nos instigam a ressignificar nossas práticas educativas e que, certamente, é um importantíssimo material de apoio e uma significativa contribuição à Educação das Relações Étnico-Raciais. Eu poderia discorrer longamente aqui sobre a importância de nos debruçarmos sobre cada um dos 20 artigos que compõem esta excelente obra. Entretanto, se tal o fizesse, eu estaria privando o leitor e a leitora, de saborear, de fruir em primeira mão, das múltiplas possibilidades interpretativas que a obra oferece. Boa leitura. Mas, fiquemos uma vez mais com Semog:

*Zumbi razão de vida
herói irmão das nossas lutas
pulsão da África que nos habita
nesse imenso ilê de gentes negras.
Zumbi guia dos rumos
desse ardiloso caminho,
não nos deixe em silêncio,
não nos deixe sozinhos.
Zumbi, Zumbi, Zumbi!
Cansei de ti de vez em quando,
cansei de ti só em novembro!
Cansei... mas quero te ver
De janeiro a dezembro.
E vê se traz o João Cândido.*

Éle Semog

Sobre Garnisés e Eusébios

Minha infância, adolescência e parte da vida adulta foi vivida em casas, algumas eram meias-águas, mas com quintais, nos bairros dos subúrbios da cidade do Rio de Janeiro. Carrinho de rolimã, bola de gude, futebol, carniça, pipa, bandeirinha eram alguns jogos do cotidiano que num eterno perde e ganha rendiam cismas, feridas nos joelhos, cortes nos pés, manifestações de piedade por conta do machucado feio e muitas gozações. Foi por essa época que surgiu um curativo de nome ‘bandeide’, um esparadrapo da cor da pele, e os moleques brancos, na rua em que eu morava, diziam que o meu *bandeide cor da pele* era a fita isolante.

Meus pais sempre mantinham algumas pequenas criações de galinhas, patos, porcos. E hortas: couve, quiabo, jiló, bertalha, chuchu, abóbora, que, afinal, faziam parte do cardápio doméstico. No meu caso, sobrava ter que ir catar, pelas redondezas, cocô de vaca e de cavalo que meu pai utilizava como adubo da horta.

Não lembro em que circunstância, quando morávamos em Vila Valqueire, meu pai apareceu com um par de galináceos da raça garnisé. O macho, não sei precisar se era frango ainda, ou galo formado, tinha penas coloridas e um rabo longo, empinado, viçoso. Parecia a cauda de um pavão. Foi viver no galinheiro, com as outras galinhas, o galo, os patos e o porco. Hoje sei que os garnisés são originários de regiões do Canal da Mancha. Existem pessoas especializadas em criá-los e, inclusive, quanto menores são mais valiosos.

Em pouco tempo começamos a perceber que o tal galo garnisé era invocado, encarava o outro galo (de penas brancas e crista vermelha, muito vermelha), corria atrás dos patos, atacava o porco, na verdade ainda um leitão em processo de engorda para o Natal, e transava com as galinhas.

O mais complicado era quando ele fugia do galinheiro. Tarefa difícil para mim e meus irmãos conseguir pegar o arisco e veloz galináceo. Quando chovia, então, era uma merda para pegar o bicho. Nos enlameávamos e depois, banho de água fria. Na algazarra, o Rex, nome fictício do nosso cachorro – na verdade, ele se chamava Veludo, que por muitas vezes conseguiu escapar dos caras da carrocinha, se juntava à turba na perseguição ao

garnisé. Tombos e risos em grotescas cenas infantis. Mesmo com essa trabalhadeira toda que o galo nos dava, pegamos afeição ao bicho, sem nunca descobrirmos por qual brecha ele escapava pela cerca do galinheiro.

As quatro ou cinco galinhas que tínhamos começaram a pôr ovos menores, as duas patas pararam de pôr, meus pais desconfiavam de que a culpa fosse do garnisé, mas não tinham provas. Não precisou. A gota d'água foi quando o galo do quintal (o galo branco) apareceu com um olho vazado e, bancando veterinários, aplicamos creolina, mercúrio cromo e colírio para evitar infecção. Na sequência, mamãe, mesmo com seus elevados dotes culinários, não conseguiu fazer com que a carne do garnisé ficasse macia, mas, mesmo assim, foi um ótimo jantar de minifrango com quiabo e angu.

Não lembro em que momento na escola escutei falar sobre a Lei Eusébio de Queirós, mas foi na mesma época do galo garnisé e eu devia estar cursando o primeiro, ou segundo ano do curso ginásial. Aprendi também sobre a Lei do Regente Feijó, que era mais rígida, mais minuciosa, mas não pegou. Só ficou esse ditado popular que diz que os políticos brasileiros fazem leis para inglês ver.

Pelo que entendi nas aulas de História, os ingleses, que começavam a se industrializar, precisavam de gente para comprar seus produtos. Se existissem escravos ninguém ia comprar droga nenhuma e a bagulhada toda ia encalhar, por isso eles precisavam que todo mundo recebesse salário. Mas isso é meio confuso, talvez os ingleses quisessem vender suas máquinas, mas daí a escravos receberem salários me parecia meio estranho.

Os africanos aprisionados para a escravização eram a principal mercadoria transportada pelos navios brasileiros e negócio muito lucrativo para os lusos, os luso-brasileiros, os luso-angolanos e brasileiros brancos. Amparados por uma lei do parlamento britânico (Lei Aberdeen, de 1845), os ingleses soltaram os bichos nos navios negreiros que vinham da África para o Brasil e não paravam de arrumar um ganho confiscando os navios brasileiros (os franceses e portugueses também). O único jeito que sobrou para o Eusébio de Queirós e sua turma foi fazer a lei com o próprio nome para acabar com esse contrabando, ou pirataria, dependendo do ponto de vista. Do jeito que o Brasil perdia navios, provavelmente a Marinha do Brasil não existiria para viver a Revolta da Chibata.

Na verdade, Eusébio de Queirós, que nasceu em Angola, reeditou a Lei do Regente Feijó, de 1831 – a tal que foi para inglês ver –, que tinha o mesmo teor. Foi um competente funcionário público que exerceu diversos cargos, inclusive de ministro, durante o Império, além de ter sido o responsável pela autorização para a instalação da única escola brasileira destinada exclusivamente para crianças negras e pardas, além de frequentar a “Sociedade Petalógica”, uma espécie de associação fundada por Paula Brito, o primeiro editor negro do Brasil, onde se reuniam para contar histórias Gonçalves Dias, Laurindo Rabelo, Joaquim Manuel de Macedo, entre outros intelectuais.

Também foi no colégio que comecei a aprender que a princesa Isabel não libertou os escravizados sozinha; aprendi que havia um debate nacional entre os que queriam manter o trabalho escravizado e os que queriam a abolição da escravatura. A professora ensinou que nós, negros escravos (escravizados), vínhamos da África e não tínhamos condições de lutar pela nossa liberdade. Todas as vezes que os negros se revoltaram contra a escravização foram derrotados, por isso os abolicionistas se empenhavam tanto pela nossa liberdade.

Alguns anos depois comecei a escrever poesia. Primeiro sobre os trabalhadores e a luta de classes; foi nessa época que me ensinaram que os escravos (escravizados) não eram trabalhadores e que eles/nós negros não tínhamos nada a ver com as contradições inerentes às relações do trabalho com o capital, salvo pelo fato de sermos mercadoria.

Durante o tempo em que fui submetido a essa cultura jamais me falaram sobre alguma mulher negra brasileira libertária. Só anos depois soube das contribuições das tantas mulheres negras, em todas as partes do Brasil, à luta pela libertação dos escravizados e, também, do encontro de *Funmilayo Ransome-Kuti*, mãe do Fela Kuti (revolucionário músico africano que casou com mais de 23 mulheres), com o Mao Tsé-Tung, um dos líderes da revolução para a libertação do povo chinês da exploração do homem contra o homem.

Sobre a minha gente, consegui me apropriar de uma parte de sua história de lutas, de insubmissão e de uma dimensão humana que sempre me foi negada: a de ter espírito e vontade, ser solitário e entender que não sou naturalmente solidão, ver toda a minha gente preta e me sentir povo, me sentir digno em meio a tantos

dos meus... Ser solidário a outros negros, sentir orgulho de ser da mesma pele. Vibrei e vibro por receber tanto respeito e tanto acolhimento do movimento negro. Aprendi que somos nós negros que nos respeitamos e esse movimento é a minha fé. Não importa quantas vezes a vitória não seja imediata, não venha no tempo da minha expectativa. Sei que meu inimigo é o racismo brasileiro e o racismo em qualquer lugar do mundo.

Dentre os meus mais adversos não estão o galo, ou a galinha garnisé, que aliás ao pôr um ovo pequenininho, faz o maior escândalo, anunciando a todos o seu minúsculo feito, enquanto que a avestruz põe um ovo daquele tamanho e não faz nenhum escarcéu, não se exhibe pela proeza. Por outro lado, os muitos e muitos Eusébios de Queirós, sem tais competências, estão soltos por aí disseminando imponderáveis asneiras políticas.

Eu, como você, tenho uma história que parece pequena, parece uma micro-história. Veja só ao seu lado quantas pequenas histórias da gente negra existem e que se entremeiam, mas não conseguimos escutar, não conseguimos fazer com que sejam uma grande história.

Nesses textos vai um pouco da minha vivência, das angústias, saberes, solidariedades e certezas que partilharam comigo e que também partilhei com as pessoas por esses caminhos, onde aprendi que se eu abandonar qualquer das minhas utopias não chegarei a lugar algum.

A Antiutopia da República do Quilombismo¹

Refletir sobre as proposições de Abdias Nascimento, na sua proposta de uma sociedade e de um Estado Quilombista, nos instiga a um exercício ambicioso de querer experimentar uma vivência, uma sociabilidade, na qual questões que sempre nos afligiram, por conta da saga racista que enfrentamos no Brasil, estariam superadas. A ocupação do território, a evolução da cultura, a burocracia do Estado, a produção e a garantia dos direitos sociais operando numa dinâmica em que os conflitos e as contradições surgiriam como uma condição para a própria evolução da sociedade e do Estado.

Imaginem as possibilidades de bem-estar individual e coletivo, se na nossa formação para a vida cidadã, se todos nós, negros e brancos, tivéssemos o direito a conhecer a história e a cultura dos povos africanos e dos africanos e seus descendentes que viveram a dispersão causada pelo tráfico de escravizados promovido pelos Estados europeus. Imaginem ainda que “em todos os órgãos do poder do Estado Quilombista – Legislativo, Executivo e Judiciário – a metade dos cargos de confiança, dos cargos eletivos, ou dos cargos por nomeação, deverão, por imperativo constitucional, ser ocupados por mulheres. O mesmo se aplica a todo e qualquer setor ou instituição de serviço público” (NASCIMENTO, 2002).

No século passado, mais para o seu final, quando li a obra *O Quilombismo*, refleti que aquelas ideias de Abdias Nascimento eram radicais e muito boas, mas impossíveis de serem viabilizadas, que requereriam décadas para se efetivarem. Abandonei-as ao léu, com outras que já julgara impossíveis de serem materializadas, pela minha ignorância em relação à função que a utopia desempenha, no sentido de prover o espírito humano com a vitalidade essencial frente aos desafios da matéria... do mundo real.

1 Texto base da mesa “Afrocentricidade e Quilombismo” apresentada por este autor – realizada no Museu de Arte do Rio (MAR) –, em maio de 2014, pelas celebrações do centenário de nascimento de Abdias Nascimento, com a participação dos professores Malefi Kete Asante (Universidade de Temple, EUA) e Elisa Larkin Nascimento (IPEAFRO, BR).